CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL - PARANÁ 08/2026

# PROJETO DE LEI N.º 002, DE 12 DE MARÇO DE 2026

Dispõe sobre a reposição inflacionária nos salários dos servidores públicos do Poder Executivo do Município de Campina Grande do Sul, e dá outras providências.

Faço saber que a Câmara Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica concedida a reposição inflacionária no montante de 4,26%, (quatro virgula vinte e seis por cento), nos salários dos servidores públicos do quadro efetivo, incluindo o quadro do Magistério e o quadro da Guarda Civil Municipal, bem como aos ocupantes de cargos em comissão, agentes políticos, temporários e aos conselheiros tutelares do Poder Executivo do Município de Campina Grande do Sul.

**Parágrafo único.** A reposição inflacionária de que trata o caput deste artigo foi estabelecida de acordo com o Índice de Preços para o Consumidor Amplo – IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, e terá efeitos financeiros aplicados a partir de 1° de março de 2026.

**Art. 2º** A reposição salarial de que trata esta lei não se estende às funções gratificadas ou gratificações de qualquer espécie, estagiários em todos os níveis, Agentes Comunitários de Saúde e Agente de Endemias em razão da estrutura própria.

**Art. 3º** A reposição salarial é extensiva aos valores de aposentadorias e pensões da Previdência Social do Município de Campina Grande do Sul – PREVICAMP.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Campina Grande do Sul, 12 de março de 2026.

**LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO**
Prefeito Municipal

**PROJETO DE LEI N.º 002, DE 12 DE MARÇO DE 2026**

**JUSTIFICATIVA**

Tenho a satisfação de submeter à apreciação dos nobres Vereadores dessa Casa de Leis o incluso Projeto de Lei, que dispõe sobre a reposição inflacionária nos salários dos servidores públicos do Poder Executivo do Município de Campina Grande do Sul.

Para realização dessa reposição, foi utilizado o índice IPCA (Índice de Preços para o Consumidor Amplo), que tem por objetivo medir a variação de preços de mercado para o consumidor final e que fechou no percentual de 4,26%, (quatro virgula vinte e seis por cento), no ano de 2025.

A revisão geral anual é a solução encontrada pela Constituição Federal para manter o poder aquisitivo dos vencimentos dos servidores públicos de modo geral. Através dessa revisão é assegurado todos os anos, a recomposição das perdas inflacionárias dos vencimentos desses servidores. Esse comando encontra-se estampado no inciso X do art. 37 da Constituição Federal. Trata-se, portanto, de norma constitucional de imensa importância na medida em que traduz o ideal de justiça que deve ser o condutor de todo e qualquer Estado que pretende ser de direito e de justiça.

A recomposição ora proposta visa apenas corrigir a perda inflacionária verificada no período mencionado, não se tratando, portanto, de aumento real de vencimentos, mas sim do cumprimento de preceito constitucional que objetiva a manutenção do valor real das remunerações dos servidores públicos ativos, inativos e pensionistas do Poder Executivo Municipal.

Nesse sentido, em atendimento ao comando constitucional, apresentamos o Projeto de Lei que estabelece a revisão geral das remunerações dos servidores públicos do Poder Executivo do Município, extensivo às aposentadorias e pensões.

Isto posto, solicito a apreciação deste Projeto de Lei pelos Nobres Pares, o qual julgo digno de imediata aprovação.

Aproveito o ensejo para renovar protestos de elevada estima e distinta consideração.

Campina Grande do Sul, 12 de março de 2026.

**LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO**
Prefeito Municipal

# ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO (Arts. 16 e 17 da LRF)

## ❶ TIPO DE AÇÃO GOVERNAMENTAL

( ) Criação, Expansão ou Aperfeiçoamento de Ação Governamental (Art. 16)

(X ) Despesa Obrigatória de Caráter Continuado derivada de Lei ou Ato Administrativo Normativo com execução superior a dois exercícios (Art. 17)

**DESCRIÇÃO:** PROJETO DE LEI 002/2026 - REAJUSTE SALARIAL SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS

## ❷ CARACTERIZAÇÃO DA DESPESA

| QUANTIDADE | ESPECIFICAÇÃO | VALOR (R$) - MENSAL |
|---|---|---|
| 0 | CARGO EFETIVO | 247.507,17 |
| 0 | CARGOS COMISSIONADOS | 57.035,40 |
| 0 | SUBSIDIOS PREFEITO / VICE PREFEITO E SECRETARIOS | 8.450,33 |
| 0 | REGIME ESPECIAL(PSS) | 642,24 |
| 0 | CONSELHO TUTELAR | 1.173,37 |
| | | |
| | | |
| | VALOR TOTAL(R$) | 314.808,52 |

## ❸ PROGRAMAÇÃO DE PAGAMENTO (Considerar % inflacionária anual)

| MÊS | VALOR (R$) EXERCÍCIO 2026 | EXERCÍCIO 2027 | EXERCÍCIO 2028 | EXERCÍCIO 2029 |
|---|---|---|---|---|
| JANEIRO | 0,00 | 314.808,52 | 327.400,86 | 339.842,09 |
| FEVEREIRO | 0,00 | 314.808,52 | 327.400,86 | 339.842,09 |
| MARÇO | 314.808,52 | 314.808,52 | 327.400,86 | 339.842,09 |
| ABRIL | 314.808,52 | 327.400,86 | 339.842,09 | 351.736,56 |
| MAIO | 314.808,52 | 327.400,86 | 339.842,09 | 351.736,56 |
| JUNHO | 314.808,52 | 327.400,86 | 339.842,09 | 351.736,56 |
| JULHO | 314.808,52 | 327.400,86 | 339.842,09 | 351.736,56 |
| AGOSTO | 314.808,52 | 327.400,86 | 339.842,09 | 351.736,56 |
| SETEMBRO | 314.808,52 | 327.400,86 | 339.842,09 | 351.736,56 |
| OUTUBRO | 314.808,52 | 327.400,86 | 339.842,09 | 351.736,56 |
| NOVEMBRO | 314.808,52 | 327.400,86 | 339.842,09 | 351.736,56 |
| DEZEMBRO | 314.808,52 | 327.400,86 | 339.842,09 | 351.736,56 |
| **VALOR TOTAL** | **3.148.085,15** | **3.891.033,25** | **4.040.781,36** | **4.185.155,32** |

## ☐ FONTE DE RECURSO

( x ) TESOURO MUNICIPAL
( x ) FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
( ) CONVÊNIO
( ) OPERAÇÃO DE CRÉDITO
( x ) RECURSOS DA EDUCAÇÃO
( ) OUTRA FONTE

## ❺ COMPENSAÇÃO DE EFEITOS FINANCEIROS/ÍNDICE DE PESSOAL – CRIAÇÃO OU AUMENTO DE DESPESA –

**Atenção:** Este quadro deverá ser preenchido sempre que ocorrer criação ou aumento de despesa não prevista na LOA 2026 decorrente de lei ou ato administrativo normativo (art. 17) ou de criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental (art. 16)

Á Secretaria Municipal de Administração Finanças e Planejamento

Por se tratar de criação ou aumento de despesa, solicito análise e manifestação acerca do ☐ inciso I do § 1º do art. 16 ou ☐ § 2º do art. 17 quanto:

☐ Informo que existe previsão na LOA 2026 para a despesa criada/aumentada.

☐ à compensação dos efeitos financeiros da despesa criada/aumentada mediante :

- ☐ redução da despesa prevista na LOA 2026; Dotação: _____
- ☐ aumento da receita conforme demonstrado em anexo;
- ☐ utilização de recurso decorrente de superávit/saldo financeiro conforme demonstrado ; Fonte Recurso _____

Campina Grande do Sul ,16 de março de 2026

Sirlene Aparecida Giacomitti Belo
Secretária Municipal de Administração

Carimbo e Assinatura do Titular Ordenador Requisitante

## ❻ ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**Atenção:** Este campo deverá ser preenchido se não houver compensação da despesa, conforme informado no item ❺ - saldo no exercício que ocorrerá a despesa, deduzindo do saldo disponível o valor já comprometido com contratos ou despesas que não foram ainda empenhadas mas que serão realizadas no exercício

| | | |
|---|---|---|
| Órgão: 02.001.04.122.0002.2002 | Saldo disponível na despesa: R$ | 1.953.732,31 |
| Órgão: 03.001.03.092.0003.2004 | Saldo disponível na despesa: R$ | 2.676.556,51 |
| Órgão: 04.001.04.122.0004.2006 | Saldo disponível na despesa: R$ | 7.856.755,76 |
| Órgão: 05.001.12.361.0005.2007 | Saldo disponível na despesa: R$ | 887.670,08 |
| Órgão: 05.001.12.361.0007.2008 | Saldo disponível na despesa: R$ | 1.500.682,46 |
| Órgão: 05.002.12.365.0006.2009 | Saldo disponível na despesa: R$ | 1.319.615,84 |

| | | |
|---|---|---|
| Órgão: 05.003.12.361.0005.2010 | Saldo disponível na despesa: R$ | 22.594.275,59 |
| Órgão: 05.003.12.365.0006.2013 | Saldo disponível na despesa: R$ | 14.527.177,81 |
| Órgão: 05.003.12.367.0005.2042 | Saldo disponível na despesa: R$ | 2.124.336,20 |
| Órgão: 05.003.12..367.0006.2043 | Saldo disponível na despesa: R$ | 365.000,00 |
| Órgão: 06.001.10.301.0011.2018 | Saldo disponível na despesa: R$ | 2.968.970,57 |
| Órgão: 06.001.10.301.0011.2019 | Saldo disponível na despesa: R$ | 16.619.596,13 |
| Órgão: 06.001.10.302.0011.2017 | Saldo disponível na despesa: R$ | 2.293.331,82 |
| Órgão: 06.001.10.305.0012.2020 | Saldo disponível na despesa: R$ | 887.605,08 |
| Órgão: 07.001.15.452.0020.2028 | Saldo disponível na despesa: R$ | 4.010.411,68 |
| Órgão: 07.001.15.452.0021.2029 | Saldo disponível na despesa: R$ | 199.493,80 |
| Órgão: 07.002.15.452.0020.2015 | Saldo disponível na despesa: R$ | 716.935,34 |
| Órgão: 07.002.18.542.0014.2022 | Saldo disponível na despesa: R$ | 1.609.885,75 |
| Órgão: 08.001.08.244.0015.2023 | Saldo disponível na despesa: R$ | 984.180,31 |
| Órgão: 08..002.08.243.016.6024 | Saldo disponível na despesa: R$ | 405.400,00 |
| Órgão: 08.004.08.244.0025.2032 | Saldo disponível na despesa: R$ | 1.909.153,46 |
| Órgão: 08.005.08.241.0015.2040 | Saldo disponível na despesa: R$ | 101.910,84 |
| Órgão: 08.007.27.812.0010.6017 | Saldo disponível na despesa: R$ | 1.154.585,23 |
| Órgão: 08.008.11.334.0032.2030 | Saldo disponível na despesa: R$ | 205.365,76 |
| Órgão: 09.001.22.661.0031.2046 | Saldo disponível na despesa: R$ | 1.124.923,97 |
| Órgão: 09.003.23.695.0017.2025 | Saldo disponível na despesa: R$ | 312.235,94 |
| Órgão: 10.001.06.182.0018.2026 | Saldo disponível na despesa: R$ | 5.252.175,48 |
| Órgão: 12.001.18.542.0014.2024 | Saldo disponível na despesa: R$ | 119.070,12 |
| Órgão: 12.001.18.542.0014.2039 | Saldo disponível na despesa: R$ | 1.619.373,16 |
| Órgão: 12.002.20.606.0013.2021 | Saldo disponível na despesa: R$ | 299.077,08 |
| Órgão: 13.001.13.392.0009.2016 | Saldo disponível na despesa: R$ | 762.378,15 |
| Órgão: 14.001.08.244.0025.2044 | Saldo disponível na despesa: R$ | 366.852,42 |
| Órgão: 15.001.04.121.0019.2027 | Saldo disponível na despesa: R$ | 1.960.380,72 |
| Órgão: 16.001.04.122.0004.2045 | Saldo disponível na despesa: R$ | 737.755,12 |
| | | |
| Rubrica Orçamentária: 3.1.90.11.00.00.00 / 31.90.13.00.00/31.90.04.00 / 31.91.13.00 / 31.90.16.00 | Valor previsto na LOA para a despesa: R$ | **102.426.850,49** |

☐ **APROVAÇÃO**

**8 IMPACTO ORÇAMENTÁRIO**

**Atenção:** Este campo deverá ser preenchido para qualquer despesa criada/aumentada nos termos dos arts. 16 e 17 da LRF.

À Secretaria Municipal de Administração Finanças e Planejamento

Solicito confirmar se a despesa a ser criada/aumentada tem adequação com a LOA 2026 e se ela é compatível com LDO e PPA vigentes, especialmente no que se refere às diretrizes objetivos, prioridades e metas previstos e não infrinja qualquer de suas disposições.

☐ a despesa criada/aumentada ultrapassa o exercício financeiro de 2026, portanto a mesma será consignada na(s) LOA do(s) exercício(s) seguinte(s) de acordo com o cronograma seguintes(s) de acordo com o cronograma disposto na Programação de Pagamento (exercício atual + 3 subsequentes).

☐ Autorizo o bloqueio/suplementação pela Secretaria Municipal de Administração Finanças e Planejamento do crédito orçamentário decorrente da:

- ☐ da redução da despesa ofertada para compensação;
- ☐ do superávit/saldo financeiro ofertado;
- ☐ do excesso de arrecadação da Fonte de Recurso para atendimento da despesa;

Campina Grande do Sul ,16 de março de 2026

Carimbo e Assinatura do Prefeito Municipal

**APROVAÇÃO**

Ao Prefeito Municipal,

☐ A despesa criada/aumentada é compatível com a LOA/LDO/PPA.

☐ A despesa criada/aumentada é incompatível com os instrumentos de planejamento pelos fundamentos apresentados às fls. _____.

☐ Houve o bloqueio/suplementação dos créditos orçamentários referentes à despesa reduzida para fins de compensação da despesa criada/aumentada.

Campina Grande do Sul ,16 de março de 2026

Silmara Aparecida Giacomitti Delo
Secretária Municipal de Administração

Secretario Municipal de Administração Finanças e Planejamento

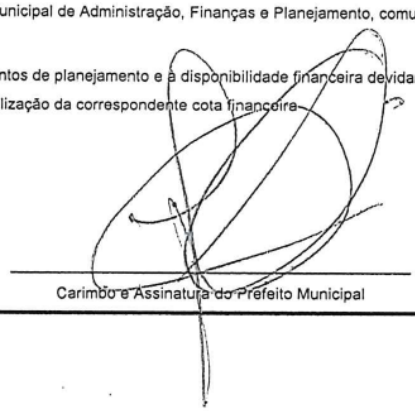
Ao_____ (Titular da UG Requisitante),

Conforme indicação da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, comunica que a nova ação governamental:

☐ **Poderá** ser realizada face à compatibilidade com os instrumentos de planejamento e à disponibilidade financeira devidamente atestada.

☐ **Não poderá** ser realizada face à impossibilidade de disponibilização da correspondente cota financeira.

Campina Grande do Sul ,16 de março de 2026



Carimbo e Assinatura do Prefeito Municipal

DEMONSTRATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO - PROJETO DE LEI 002/2026 - REAJUSTE SALARIAL SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS

IMPACTO ORÇAMENTÁRIO Nº 0010/2026

VENCIMENTOS E VANTAGENS ATUAIS DOS SERVIDORES MUNICIPAIS COM BASE NA FOLHA DE PAGAMENTO DE FEVEREIRO/2026

| CARGO | | SALARIOS E VENCIMENTOS | ENCARGOS PATRONAIS 14% | ENCARGOS PATRONAIS 17% | 1/3 FÉRIAS | 1/12 AVOS 13º. SALÁRIO | CUSTO MENSAL | CUSTO ANUAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| CARGO EFETIVO | | 4.643.894,06 | 650.145,17 | - | 128.997,06 | 386.991,17 | 5.810.027,46 | 69.720.329,51 |
| CARGOS COMISSIONADOS | | 1.045.076,58 | - | 177.663,02 | 29.029,91 | 87.089,72 | 1.338.859,22 | 16.066.310,62 |
| SUBSIDIOS PREFEITO / VICE PREFEITO E SECRETARIOS | | 154.837,93 | - | 26.322,45 | 4.301,05 | 12.903,16 | 198.364,59 | 2.380.375,11 |
| REGIME ESPECIAL(PSS) | | 11.768,01 | - | 2.000,56 | 326,89 | 980,67 | 15.076,13 | 180.913,54 |
| CONSELHO TUTELAR | | 21.500,00 | - | 3.655,00 | 597,22 | 1.791,67 | 27.543,89 | 330.526,67 |
| TOTAL DA FOLHA | - | 5.877.076,58 | 650.145,17 | 209.641,03 | 163.252,13 | 489.756,38 | 7.389.871,29 | 88.678.455,45 |

SALARIO CONSIDERANDO PERCENTUAL 4,26 % DE REPOSIÇÃO INFLACIONARIA PREVISTO NO PROJETO DE LEI 002/2026.

| CARGO | | SALARIOS E VENCIMENTOS | ENCARGOS PATRONAIS 14% | ENCARGOS PATRONAIS 17% | 1/3 FÉRIAS | 1/12 AVOS 13º. SALÁRIO | CUSTO MENSAL | CUSTO ANUAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| CARGO EFETIVO | | 4.841.723,95 | 677.841,35 | - | 134.492,33 | 403.477,00 | 6.057.534,63 | 72.690.415,52 |
| CARGOS COMISSIONADOS | | 1.089.596,84 | - | 185.231,46 | 30.266,58 | 90.799,74 | 1.395.894,62 | 16.750.735,46 |
| SUBSIDIOS PREFEITO / VICE PREFEITO E SECRETARIOS | | 161.434,03 | - | 27.443,78 | 4.484,28 | 13.452,84 | 206.814,92 | 2.481.779,09 |
| REGIME ESPECIAL(PSS) | | 12.269,33 | - | 2.085,79 | 340,81 | 1.022,44 | 15.718,37 | 188.620,46 |
| CONSELHO TUTELAR | | 22.415,90 | - | 3.810,70 | 622,66 | 1.867,99 | 28.717,26 | 344.607,10 |
| TOTAL DA FOLHA | | 6.127.440,04 | 677.841,35 | 218.571,74 | 170.206,67 | 510.620,00 | 7.704.679,80 | 92.456.157,63 |
| | | | | | | | | |
| DIFERENÇA DO REAJUSTE | | 250.363,46 | 27.696,18 | 8.930,71 | 6.954,54 | 20.863,62 | 314.808,52 | 3.777.702,18 |

| DEMONSTRATIVO DO IMPACTO EM RELAÇÃO A RECEITA CORRENTE LÍQUIDA | REALIZADA Até FEVEREIRO/2026 | ESTIMATIVA EXERCICIO 2026 | ESTIMATIVA EXERCICIO 2027 | ESTIMATIVA EXERCICIO 2028 | ESTIMATIVA EXERCICIO 2029 |
|---|---|---|---|---|---|
| RECEITA CORRENTE LIQUIDA PREVISTA DE ACORDO COM MEMORIA DE CALCULO PELA MEDIA | 297.838.650,07 | 288.633.792,00 | 304.220.016,77 | 320.647.897,67 | 337.962.884,15 |
| RECEITA CORRENTE LIQUIDA AJUSTADA | 293.873.493,69 | 288.633.792,00 | 304.220.016,77 | 320.647.897,67 | 337.962.884,15 |
| CUSTO ANUAL PROJETADO COM AS NOVAS CONTRATAÇÕES | 3.148.085,15 | 3.148.085,15 | 3.891.033,25 | 4.040.781,36 | 4.185.155,32 |
| CUSTO ANUAL PROJETADO COM A CONTRATAÇÃO APARTIR DO MÊS DE MARÇO/2026. | 3.148.085,15 | 3.148.085,15 | 3.891.033,25 | 4.040.781,36 | 4.185.155,32 |
| PERCENTUAL DE GASTO COM PESSOAL DAS NOVAS CONTRATAÇÕES | 1,07 | 1,09068489 | 1,27901947 | 1,26019269 | 1,23834762 |
| DESPESA COM PESSOAL ANUAL - PROJETADA | 125.126.468,16 | 130.456.855,71 | 135.675.129,93 | 140.830.784,87 | 145.759.862,34 |
| DESPESA TOTAL C/PESSOAL CONSIDERANDO AS NOVAS CONTRATAÇÕES C/REPOSIÇÃO INFLACIONÁRIA | 125.126.468,16 | 133.604.940,86 | 139.566.163,18 | 144.871.566,23 | 149.945.017,66 |
| PERCENTUAL DE GASTO ANUAL DE PESSOAL EM RELAÇÃO A RECEITA CORRENTE LIQUIDA | 42,58 | 46,29 | 45,88 | 45,18 | 44,37 |

Campina Grande do Sul ,16 de março de 2026

TACIANE APARECIDA MACIEL CORADIN
CONTADORA - CRC PR-062332/O-7.

TACIANE AP.ª MACIEL CORADIN
Contadora
CRC - PR-062332/O-7

**OBS:** O calculo reflete somente ao impacto para a contratação do cargo acima não considerando os impactos já realizados no exercício.
O impacto realizado tem como base a posição da despesa com pessoal realizada sobre a ultima folpag fechada a Folha do Pagamento do mês 02/2026
Para tomada de decisão recomenda-se levar em consideração os impactos já realizados anteriormente durante o exercício financeiro.

**CALCULO DA RECEITA CORRENTA LIQUIDA E GASTO COM PESSOAL TENDO COMO BASE MEMORIA DE CALCULO**
**PODER EXECUTIVO - PROJETO DE LEI 002/2026 - REAJUSTE SALARIAL SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS**

| DESCRIÇÃO | REALIZADO EXERCÍCIO 2023 | REALIZADO EXERCÍCIO 2024 | REALIZADO EXERCÍCIO 2025 | REALIZADO ATE FEVEREIRO 2026 2026 | PREVISÃO EXERCÍCIO 2026 | ESTIMATIVA EXERCÍCIO 2027 | ESTIMATIVA EXERCÍCIO 2028 | ESTIMATIVA EXERCÍCIO 2029 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Receita Corrente Liquida do Municipio | 225.275.303,24 | 260.249.247,54 | 297.300.330,04 | 297.838.650,07 | 288.633.792,00 | 304.220.016,77 | 320.647.897,67 | 337.962.884,15 |
| RCL Ajustada | 221.542.399,24 | 257.091.775,54 | 293.325.162,04 | 293.873.493,69 | 288.633.792,00 | 304.220.016,77 | 320.647.897,67 | 337.962.884,15 |
| Despesa com Pessoal (Poder Executivo) | 104.653.584,66 | 114.872.078,00 | 120.439.906,55 | 121.978.383,01 | 130.456.855,71 | 135.675.129,93 | 140.830.784,87 | 145.759.862,34 |
| **Gasto com novas contratações** | - | - | - | **3.148.085,15** | **3.148.085,15** | **3.891.033,25** | **4.040.781,36** | **4.185.155,32** |
| % de gastos c/novas contratações | - | - | - | 1,07123821 | 1,09068489 | 1,27901947 | 1,26019269 | 1,23834762 |
| Despesa total de pessoal (Poder Executivo) | 104.958.969,35 | 114.872.078,00 | 120.439.906,55 | 125.126.468,16 | 133.604.940,86 | 139.566.163,18 | 144.871.566,23 | 149.945.017,66 |
| Percentual de Aplicação % | **47,38** | **44,68** | **41,06** | **42,58** | **46,29** | **45,88** | **45,18** | **44,37** |
| LIMITE MAXIMO,(inciso I, II e III at. 20 LRF) - 54% | 119.632.895,59 | 138.829.558,79 | 158.395.587,50 | 158.691.686,59 | 155.862.247,68 | 164.278.809,05 | 173.149.864,74 | 182.499.957,44 |
| LIMITE PRUDENCIAL 51,30 da LRF | 113.651.250,81 | 131.888.080,85 | 150.475.808,13 | 150.757.102,26 | 148.069.135,30 | 156.064.868,60 | 164.492.371,51 | 173.374.959,57 |
| LIMITE DE ALERTA 48,60% da LRF | 107.669.606,03 | 124.946.602,91 | 142.556.028,75 | 142.822.517,93 | 140.276.022,91 | 147.850.928,15 | 155.834.878,27 | 164.249.961,70 |
| Previsão Reposição Inflacionária (IPCA) | já realizada | já realizada | já realizada | 4,26% | 4,43% | 4,00% | 3,80% | 3,50% |

Campina Grande do Sul ,16 de março de 2026

**TACIANE APARECIDA MACIEL CORADIN**
**CONTADORA - CRC PR-062332/O-7.**

**OBSERVAÇÃO: A RECEITA REALIZADA DO EXERCICIO DE 2026 REFERE-SE A MEDIA DOS ULTIMOS 12 MESES CONFORME RGF ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL.**

## SOLICITAÇÃO DE IMPACTO FINANCEIRO ORÇAMENTÁRIO - REAJUSTE SALARIAL

| CARGO | CUSTO MENSAL | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | TOTAL MENSAL S/ REAJUSTE | TOTAL MENSAL C/ REAJUSTE 4,26% | 1/3 FÉRIAS | 1/12 AVOS 13 SALÁRIO | ENCARGOS PATRONAIS 17% | ENCARGOS PATRONAIS 14% | CUSTO MENSAL |
| SUBSÍDIO PREFEITO-VICE/SECRETÁRIOS | 154.837,93 | 161.434,03 | 4.484,28 | 13.452,84 | 27.443,78 | - | 206.814,92 |
| CARGO COMISSÃO | 1.045.076,58 | 1.089.596,84 | 30.266,58 | 90.799,74 | 185.231,46 | - | 1.395.894,62 |
| CARGO EFETIVO | 4.643.894,06 | 4.841.723,95 | 134.492,33 | 403.477,00 | - | 677.841,35 | 6.057.534,63 |
| REGIME ESPECIAL (PSS) | 11.768,01 | 12.269,33 | 340,81 | 1.022,44 | 2.085,79 | - | 15.718,37 |
| CONSELHEIRO TUTELAR | 21.500,00 | 22.415,90 | 622,66 | 1.867,99 | 3.810,70 | - | 28.717,26 |
| | | | | | | **TOTAL MÊS** | **7.704.679,80** |
| | | | | | | **Mês anterior** | **7.389.871,29** |
| | | | | | | **Impacto** | **314.808,51** |

*** INÍCIO DAS ATIVIDADES DOS CONTRATADOS EM MARÇO/2026**

Campina Grande do Sul, 20 de março de 2026.

JOEL DE OLIVEIRA

**Coordenador do Departamento de Gestão de Pessoal**

MUNICIPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL
CNPJ: 76.105.600/0001-86
CAMPINA GRANDE DO SUL/PARANÁ

03/2026 à 03/2026

**RESUMO PARA EMPENHO** Subsídios · Prefeito - Vice · Secretários ·

| PROVENTOS | | | DESCONTOS | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Cod. | Descrição | Valor | Cod. | Descrição | Valor |
| 1 | Subsidio Prefeito | 26.149,97 | 140 | Emprestimo Caixa Ec. | 1.923,57 |
| 1 | Subsidio Secretário | 112.997,95 | 528 | I.N.S.S. | 10.757,48 |
| 1 | Subsidio Vice-Prefeito | 15.690,01 | 531 | Irrf | 29.586,52 |
| **Total Proventos** | | **R$ 154.837,93** | **Total Descontos** | | **R$ 42.267,57** |

**VALORES BANCÁRIOS**

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Total | 154.837,93 | Total Descontos: | 42.267,57 | Líquido: | 112.570,36 |

**VALORES PARA EMPENHO**

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Total | 154.837,93 | Total Descontos: | 42.267,57 | Líquido: | 112.570,36 |

## RESUMO PREVIDÊNCIA

**1 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS**

Quantidade de Servidores
11

Valor Empregado
10.757,48

Base FGTS
0,00

FGTS
0,00

Base Empregado
91.747,18

Valor Empregador
26.322,40

Dedução Salário Maternidade
0,00

Base Empregador
154.837,93

Taxa de Administração
0,00

Dedução Salário Família
0,00

Total Patronal
26.322,40

Total Aporte
0,00

Totalização Valores Empenho
37.079,88

MUNICIPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL
CNPJ:76.105.600/0001-86
CAMPINA GRANDE DO SUL/PARANÁ
03/2026 à 03/2026

Regime Especial (PSS)

## RESUMO PARA EMPENHO

### PROVENTOS

| Cod. | Descrição | Valor |
|---|---|---|
| 1 | Salário Efetivo | 180.485,68 |
| 83 | Afastamento Maternidade | 1.882,90 |
| 168 | Atestado Medico | 3.054,20 |
| 500 | Salário Família | 3.579,62 |
| 4214 | Adicional De Insalubridade | 376,58 |
| **Total Proventos** | | **R$ 189.378,98** |

### DESCONTOS

| Cod. | Descrição | Valor |
|---|---|---|
| 528 | I.N.S.S. | 13.926,80 |
| 531 | Irrf | 3.730,18 |
| 952 | Falta Injustificada - Falta | -67,25 |
| **Total Descontos** | | **R$ 17.724,23** |

**VALORES BANCÁRIOS**

Total 189.378,98 Total Descontos: 17.724,23 Líquido: 171.654,75

**VALORES PARA EMPENHO**

Total 183.849,21 Total Descontos: 17.656,98 Líquido: 166.192,23

## RESUMO PREVIDÊNCIA

### 1 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

Quantidade de Servidores
91

Valor Empregado
13.926,80

Base FGTS
0,00

FGTS
0,00

Base Empregado
176.350,83

Valor Empregador
31.255,03

Dedução Salário Maternidade
1.882,90

Base Empregador
183.849,21

Taxa de Administração
0,00

Dedução Salário Família
3.579,62

Total Patronal
25.792,51

Total Aporte
0,00

Totalização Valores Empenho
39.719,31

MUNICIPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL
CNPJ: 76.105.600/0001-86
CAMPINA GRANDE DO SUL/PARANÁ

03/2026 à 03/2026 Conselho

## RESUMO PARA EMPENHO

### PROVENTOS

| Cod. | Descrição | Valor |
|---|---|---|
| 1 | Remuneração Conselheiro | 21.500,00 |
| **Total Proventos** | | **R$ 21.500,00** |

### DESCONTOS

| Cod. | Descrição | Valor |
|---|---|---|
| 21 | Emprestimo Santander | 1.270,51 |
| 528 | I.N.S.S. | 2.365,00 |
| **Total Descontos** | | **R$ 3.635,51** |

**VALORES BANCÁRIOS**

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Total | 21.500,00 | Total Descontos: | 3.635,51 | Líquido: | 17.864,49 |

**VALORES PARA EMPENHO**

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Total | 21.500,00 | Total Descontos: | 3.635,51 | Líquido: | 17.864,49 |

## RESUMO PREVIDÊNCIA

**1 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS**

Quantidade de Servidores
5

Valor Empregado
2.365,00

Base FGTS
0,00

FGTS
0,00

Base Empregado
21.500,00

Valor Empregador
4.300,00

Dedução Salário Maternidade
0,00

Base Empregador
21.500,00

Taxa de Administração
0,00

Dedução Salário Família
0,00

Total Patronal
4.300,00

Total Aporte
0,00

Totalização Valores Empenho
6.665,00

MUNICIPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL
CNPJ:76.105.600/0001-86
CAMPINA GRANDE DO SUL/PARANÁ
03/2026 à 03/2026 Comissão

## RESUMO PARA EMPENHO

### PROVENTOS

| Cod. | Descrição | Valor |
|---|---|---|
| 1 | Vencimento CC | 1.028.754,83 |
| 83 | Afastamento Maternidade | 7.634,64 |
| 168 | Atestado Médico - Cargo Em | 8.687,11 |
| 500 | Salário Família | 270,16 |
| 502 | Férias Abono Pecuniário Fixo | 1.066,67 |
| 503 | Férias Abono Pecuniário 1/3 | 355,56 |
| 516 | Férias 1/3 | 7.000,12 |
| 4214 | Insalubridade | 16.192,94 |
| **Total Proventos** | | **R$ 1.069.962,03** |

### DESCONTOS

| Cod. | Descrição | Valor |
|---|---|---|
| 101 | Atrasos/Saidas | -489,75 |
| 106 | Desconto Multa De Trânsito | 112,80 |
| 214 | Emprestimo Sicredi | 453,51 |
| 528 | Previdência | 95.484,98 |
| 531 | Irrf | 59.096,11 |
| 595 | Pensão Alimentícia - Sobre | 790,40 |
| 8075 | Empréstimo Banco J17 | 559,17 |
| **Total Descontos** | | **R$ 156.986,72** |

**VALORES BANCÁRIOS**

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Total | 1.069.962,03 | Total Descontos: | 156.986,72 | Líquido: | 912.975,31 |

**VALORES PARA EMPENHO**

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Total | 1.061.567,48 | Total Descontos: | 156.496,97 | Líquido: | 905.070,51 |

## RESUMO PREVIDÊNCIA

### 1 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

Quantidade de Servidores
229

Valor Empregado
95.484,98

Base FGTS
0,00

FGTS
0,00

Base Empregado
973.118,58

Valor Empregador
179.706,34

Dedução Salário Maternidade
7.634,64

Base Empregador
1.053.145,13

Taxa de Administração
0,00

Dedução Salário Família
270,16

Total Patronal
171.801,54

Total Aporte
0,00

Totalização Valores Empenho
267.286,52

MUNICIPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL
CNPJ: 76.105.600/0001-86
CAMPINA GRANDE DO SUL/PARANÁ
03/2026 à 03/2026 EFETIVOS

## RESUMO PARA EMPENHO

### PROVENTOS

| Cod. | Descrição | Valor |
|---|---|---|
| 1 | Salário Efetivo | 3.864.356,86 |
| 1 | Salário Efetivo - Redução | 16.880,45 |
| 5 | Subsidios | 51.137,76 |
| 6 | Horas Extras 50% | 128.976,07 |
| 8 | Insalubridade | 5.273,67 |
| 10 | Trienio | 378.899,78 |
| 13 | Gratif. De Desempenho | 125.799,18 |
| 17 | Quinquenio | 116.807,41 |
| 23 | Extensão De Jornada De | 213.541,11 |
| 34 | Gratifcação Oper. De | 6.050,00 |
| 36 | Jornada Diferenciada Mes | 15.169,46 |
| 51 | Gratif. Preparação De Merenda | 17.316,13 |
| 53 | Adicional De Carga Horária | 7.025,37 |
| 58 | Função Grat. Ass. Tecnico | 3.850,00 |
| 73 | Cargo Em Comissão | 19.500,00 |
| 81 | Adicional Noturno 25% | 20.723,64 |
| 86 | Gratificação De Periculosidade | 2.475,00 |
| 88 | Função Grat. Controlador | 1.650,00 |
| 89 | Gratificação Participação | 21.450,00 |
| 90 | Abono Permanencia | 8.614,89 |
| 97 | Função Grat. De Pregoeiro | 2.750,00 |
| 158 | Função Grat. Assessor Juridico | 3.850,00 |
| 161 | Função Grat. De Supervisor | 26.176,17 |
| 162 | Função Grat. De Direção | 11.008,87 |
| 164 | Função Gratf. Insp. Geral Da | 2.200,00 |
| 165 | Função Grat. Supervisor Da | 4.400,00 |
| 171 | F.G. Direção De Escolas | 37.002,36 |
| 172 | F.G. Direção De Cemeis | 60.454,56 |
| 176 | F.G Coord. Do Ens. | 3.126,96 |
| 177 | F.G. Coord. Ed. Infantil | 5.732,76 |
| 183 | F.G. Orientador Educacional | 25.015,68 |
| 192 | Função Grat. De Coordenador | 52.250,00 |
| 219 | Horas Extras 100% | 6.050,22 |
| 223 | Extensão De Jornada De | 23.536,02 |
| 227 | Honorários Advocatícios | 13.812,00 |
| 500 | Abono Família | 67,54 |
| 502 | Férias Abono Pecuniário Fixo | 22.424,27 |
| 503 | Férias Abono Pecuniário 1/3 | 7.474,76 |
| 516 | Férias 1/3 | 35.928,24 |
| 911 | Afastamento Doença | 206.289,09 |
| 1005 | Saldo Negativo Atual | 27,26 |
| 3667 | Função Grat. Subinspetor Da | 1.925,00 |
| 3727 | Função Grat.Tesoureiro | 1.925,00 |
| 4214 | Adicional De Insalubridade | 32.385,88 |

### DESCONTOS

| Cod. | Descrição | Valor |
|---|---|---|
| 21 | Emprestimo Santander | 171.301,79 |
| 22 | Emprestimo Santander 1 | 76.890,56 |
| 26 | Emprestimo Santander 2 | 25.392,41 |
| 27 | Emprestimo Santander 3 | 8.383,05 |
| 28 | Emprestimo Santander 4 | 14.405,02 |
| 100 | Desconto Pagto Indevido | -277,95 |
| 101 | Atrasos/Saidas | -401,57 |
| 104 | Capemisa Seguro | 1.244,04 |
| 106 | Desconto Multa De Trânsito | 417,85 |
| 118 | Empréstimo Banco Do Brasil | 2.269,89 |
| 125 | Empréstimo Caixa 3 | 12.263,90 |
| 126 | Emprestimo Sicoob 2 | 478,78 |
| 127 | Emprestimo Sicoob 3 | 834,90 |
| 128 | Emprestimo Banco Alfa 3 | 11.940,62 |
| 133 | Empréstimo Caixa | 50.611,19 |
| 140 | Emprestimo Caixa Ec. | 17.449,15 |
| 142 | Emprestimo Parana Banco 1 | 59.200,41 |
| 148 | Emprestimo Parana Banco 2 | 29.538,26 |
| 149 | Emprestimo Parana Banco 3 | 35.115,78 |
| 150 | Empréstimo Banco Do Brasil | 6.508,92 |
| 153 | Compras Chocolate | 391,35 |
| 167 | Pensão Judicial | 636,70 |
| 186 | Emprestimo Banco Alfa 4 | 10.600,88 |
| 188 | Emprestimo Banco Senff S/A | 468,32 |
| 189 | Emprestimo Aspp | 1.333,84 |
| 190 | Emprestimo Aspp2 | 366,29 |
| 214 | Emprestimo Sicredi | 3.725,28 |
| 216 | Emprestimo Sicredi III | 300,89 |
| 217 | Emprestimo Sicredi IV | 665,07 |
| 220 | Emprestimo Banco Itau | 459,38 |
| 224 | Emprestimo Banco Itau 02 | 62,70 |
| 225 | Emprestimo Banco Itau 03 | 887,27 |
| 528 | Previcamp | 636.309,40 |
| 530 | Irrf (Férias) | 1.404,18 |
| 531 | Irrf | 486.119,12 |
| 583 | Emprestimo Banco Alfa | 54.721,05 |
| 590 | Pensão Alimentícia - Sobre | 18.046,12 |
| 591 | Pensão Alimentícia - Sobre | 3.193,37 |
| 592 | Pensão Alimentícia - Valor | 2.845,40 |
| 595 | Pensão Alimentícia - Sobre | 4.720,70 |
| 952 | Falta Injustificada | -14.560,95 |
| 952 | Falta Injustificada - Salário | -93,06 |
| 3547 | Desconto Cartão Crédito Bmg | 578,65 |
| 3647 | Emprestimo Bradesco | 22.900,33 |

## RESUMO PARA EMPENHO

### PROVENTOS

| Cod. | Descrição | Valor |
|---|---|---|
| 4216 | Bolsa Auxilio Lei Mun. | 800,44 |
| 8005 | Afast. Sem Vencimentos | 152.671,48 |
| 8012 | Afastamento Cedido Sem | 31.967,64 |
| 8021 | Afastamento Maternidade - | 9.455,17 |
| 8035 | FG Controle Interno FASCAMP | 1.100,00 |
| 8047 | Função Gratificada - Direção | 3.648,12 |
| 8048 | Função Gratificada - | 5.732,76 |
| 8049 | Função Gratificada - | 5.211,60 |
| 8051 | Função Gratificada - | 13.029,00 |
| 8053 | Gratificação de Atendimento | 17.198,28 |
| 8068 | Afastamento Vacância | 28.667,27 |
| 8071 | Gratificação de Deslocamento | 21.888,72 |
| 8097 | F.G. Ouvidor Geral | 1.925,00 |
| 8098 | F.G. Coordenador da | 3.025,00 |
| 8101 | F.G. COORDENAÇÃO DE | 3.126,96 |
| 8102 | F.G COORDENAÇÃO DE | 2.605,80 |
| 8103 | F.G. COOR. DE CONS. MUN. | 2.605,80 |
| 8104 | F.G COORDENAÇAO DE | 2.605,80 |
| 8106 | F.G COORDENAÇÃO | 18.240,60 |
| 8107 | F.G COORDENAÇÃO | 5.211,60 |
| 8109 | F.G. SUPERVISÃO | 2.605,80 |
| 8110 | F.G SUPERVISÃO PEDAGOGICA | 7.817,40 |
| 8111 | F.G SUPERVISÃO | 44.819,76 |
| 8112 | F.G SUPERVISÃO | 15.634,80 |
| 8113 | F.G. DIRETOR DO PROJETO | 2.345,22 |
| 8115 | F.G. Assessor Técnico de Posto | 550,00 |
| 8116 | Gratificação Fiscal Contrato | 19.525,00 |
| 8117 | F.G. ASSESSOR DE GABINETE | 4.950,00 |
| 8120 | Gratificação Em Atividade | 10.890,00 |
| 8121 | Adicional De Periculosidade | 49.345,19 |
| 8122 | Graficacao Grupamentos | 2.200,00 |
| 8123 | GRATIFICAÇÃO DE RISCO | 3.025,00 |
| 8133 | Extensão De Jornada De | 6.119,35 |
| **Total Proventos** | | **R$ 6.111.853,98** |

### DESCONTOS

| Cod. | Descrição | Valor |
|---|---|---|
| 3893 | Mensalidade Sind App | 1.876,32 |
| 3894 | Mensalidade Sindical App | 343,35 |
| 4206 | Emprestimo Banco Senff S/A | 3.493,86 |
| 4207 | Emprestimo Banco Alfa 2 | 18.470,65 |
| 4210 | Emprestimo Sicoob | 842,25 |
| 4212 | Contribuição Apae - Cgs | 55,00 |
| 4213 | Desconto Cartão Crédito | 18.008,20 |
| 4217 | Desconto Cartão Crédito Senff | 383,69 |
| 8007 | Desconto - Afast. Sem | -191.093,38 |
| 8028 | Emprestimo Bradesco 02 | 195,08 |
| 8029 | Emprestimo Bradesco 03 | 1.458,33 |
| 8030 | Emprestimo Bradesco 04 | 1.153,01 |
| 8036 | Empréstimo Bradesco | 1.797,20 |
| 8040 | Empréstimo Daycoval | 3.545,16 |
| 8042 | Empréstimo Daycoval 03 | 215,70 |
| 8043 | Empréstimo Daycoval 04 | 861,70 |
| 8044 | AÇÃO JUDICAL | 458,31 |
| 8058 | PREVIDENCIA COMPLEMENTAR | 1.740,81 |
| 8062 | Pensão Alimentícia - Base | 1.658,72 |
| 8070 | Afastamento Vacância - | -28.667,27 |
| 8073 | Empréstimo Banco Alfa 5 | 4.097,81 |
| 8075 | Empréstimo Banco J17 | 10.174,22 |
| 8076 | Empréstimo Banco J17 - 02 | 280,64 |
| 8077 | Empréstimo Banco J17 - 03 | 316,83 |
| 8078 | Desconto Cartão de Crédito | 10.944,08 |
| 8080 | Ação Judicial - Viviane | 1.696,01 |
| 8089 | Desconto Cartão Saque | 25.041,89 |
| 8090 | Emprestimo Bradesco 05 | 233,01 |
| 8096 | Empréstimo Banco J17 - 04 | 1.566,77 |
| 8130 | REDUTOR TETO | -10.485,10 |
| **Total Descontos** | | **R$ 2.131.470,69** |

### VALORES BANCÁRIOS

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Total | 6.111.853,98 | Total Descontos: | 2.131.470,69 | Líquido: | 3.980.383,29 |

### VALORES PARA EMPENHO

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Total | 5.866.274,70 | Total Descontos: | 1.885.891,41 | Líquido: | 3.980.383,29 |

## RESUMO PREVIDÊNCIA

MUNICIPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL
CNPJ:76.105.600/0001-86
CAMPINA GRANDE DO SUL/PARANÁ
03/2026 à 03/2026

# RESUMO PARA EMPENHO

## 2 - PREV. SOCIAL DO MUN DE CAMPINA DE GRANDE DO SUL - PREVICAMP

Quantidade de Servidores
1154

Valor Empregado
636.309,40

Base FGTS
0,00

FGTS
0,00

Base Empregado
4.545.098,38

Valor Empregador
636.309,40

Dedução Salário Maternidade
0,00

Base Empregador
4.545.098,38

Taxa de Administração
0,00

Dedução Salário Família
0,00

Total Patronal
636.309,40

Total Aporte
0,00

Totalização Valores Empenho
1.272.618,80

## 1 - FUSAN - OBRIGATÓRIO

Quantidade de Servidores
3

Base Empregado
18.391,36

Valor Empregado
1.563,24

Base Empregador
18.391,36

Valor Empregador
1.563,24

## 2 - FUSAN - VOLUNTARIO

Quantidade de Servidores
1

Base Empregado
8.878,73

Valor Empregado
177,57

Base Empregador
0,00

Valor Empregador
0,00

MUNICIPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

# DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2026/MENSAL FEVEREIRO

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") — R$ 1,00

| DESPESA COM PESSOAL | DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses) | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | LIQUIDADAS | | | | | | | | | | | | TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO |
| | Março 2025 | Abril 2025 | Maio 2025 | Junho 2025 | Julho 2025 | Agosto 2025 | Setembro 2025 | Outubro 2025 | Novembro 2025 | Dezembro 2025 | Janeiro 2026 | Fevereiro 2026 | (a) | (b) |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 9.069.096,67 | 9.295.209,84 | 9.785.977,63 | 9.914.739,85 | 10.681.261,91 | 9.967.298,30 | 9.740.750,91 | 9.689.865,51 | 9.576.779,42 | 17.473.413,54 | 8.276.879,88 | 9.441.089,46 | 122.912.362,92 | 1.511.728,42 |
| Pessoal Ativo | 8.209.186,46 | 8.376.933,89 | 8.813.645,94 | 8.820.634,24 | 9.602.226,48 | 8.821.825,63 | 8.728.121,25 | 8.511.775,00 | 8.508.999,67 | 16.110.537,20 | 8.276.879,88 | 8.544.021,35 | 111.324.786,99 | 7.714,59 |
| Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis | 7.361.285,13 | 7.524.505,11 | 7.923.484,03 | 7.923.638,73 | 8.707.431,89 | 7.930.754,72 | 7.850.249,02 | 7.650.824,00 | 7.647.972,47 | 14.443.363,91 | 7.371.919,59 | 7.610.068,96 | 99.945.497,56 | 7.093,30 |
| Obrigações Patronais | 847.901,33 | 852.428,78 | 890.161,91 | 896.995,51 | 894.794,59 | 891.070,91 | 877.872,23 | 860.951,00 | 861.027,20 | 1.667.173,29 | 904.960,29 | 933.952,39 | 11.379.289,43 | 621,29 |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Aposentadorias, Reserva e Reformas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pensões | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF) | 647.463,20 | 705.828,94 | 759.884,68 | 881.658,60 | 866.588,42 | 933.025,66 | 847.741,56 | 987.854,92 | 877.544,16 | 1.172.640,75 | 0,00 | 897.068,11 | 9.577.299,00 | 1.504.013,83 |
| Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (exceto elemento 34) | 212.447,01 | 212.447,01 | 212.447,01 | 212.447,01 | 212.447,01 | 212.447,01 | 164.888,10 | 190.235,59 | 190.235,59 | 190.235,59 | 0,00 | 0,00 | 2.010.276,93 | 0,00 |
| Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF) | 264.695,33 | 373.609,14 | 255.138,04 | 181.069,81 | 174.878,15 | 180.635,31 | 148.724,03 | 131.934,08 | 156.423,02 | 216.169,85 | 221.239,53 | 141.192,04 | 2.445.708,33 | 0,00 |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária | 92.260,00 | 209.885,32 | 105.153,39 | 43.143,22 | 28.479,02 | 30.763,38 | 24.179,02 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 52.346,46 | 53.434,67 | 639.644,48 | 0,00 |
| Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Despesas custeadas com recursos financeiros repassados pela União para pagamento do vencimento ou de qualquer outra vantagem dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11, EC 120/2022) | 150.440,15 | 151.183,72 | 140.943,70 | 132.408,36 | 138.996,95 | 145.587,06 | 121.640,88 | 125.679,59 | 155.131,88 | 214.878,71 | 168.892,37 | 87.756,67 | 1.733.540,04 | 0,00 |
| Despesas custeadas com recursos financeiros repassados pela União para o cumprimento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem e parteira, conforme estabelecido pela CF/88, art. 198, §§12 a 15 ) | 21.995,18 | 12.540,10 | 9.040,95 | 5.518,23 | 7.402,18 | 4.284,87 | 2.904,13 | 6.254,49 | 1.291,14 | 1.291,14 | 0,70 | 0,70 | 72.523,81 | 0,00 |
| Instrução Normativa TCE/PR 56/2011 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pensionistas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| IRRF | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | 8.804.401,34 | 8.921.600,70 | 9.530.839,59 | 9.733.670,04 | 10.506.383,76 | 9.786.662,99 | 9.592.026,88 | 9.557.931,43 | 9.420.356,40 | 17.257.243,69 | 8.055.640,35 | 9.299.897,42 | 120.466.654,59 | 1.511.728,42 |

| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | VALOR | % SOBRE A RCL AJUSTADA |
|---|---|---|
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | 297.838.650,07 | 0,00 |
| (-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V) | 2.190.000,00 | 0,00 |
| (-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI) | 0,00 | 0,00 |
| (-) Recursos destinados ao pagamento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11 do art. 198, da CF - EC 120/22) (VII) | 1.775.156,38 | 0,00 |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI) | 293.873.493,69 | 0,00 |
| DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b) | 121.978.383,01 | 41,51 |
| LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) | 158.691.686,59 | 54,00 |
| LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF) | 150.757.102,26 | 51,30 |
| LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) | 142.822.517,93 | 48,60 |

## Notas Explicativas

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 002/2026 DO PODER EXECUTIVO**
**AUTUADO NESTA CASA SOB O Nº 08/2026**

*Dispõe sobre a reposição inflacionária nos salários dos servidores públicos do Poder Executivo do Município de Campina Grande do Sul, e dá outras providências.*

## 1. RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa Poder Executivo, visando dispor sobre a reposição inflacionária nos salários dos servidores públicos do Poder Executivo do Município de Campina Grande do Sul, e dá outras providências.

Após a entrada na Casa, em 16/03/2026, o projeto de lei em epígrafe foi devidamente autuado e lido em sessão ordinária do dia 16/03/2026, remetida a esta Comissão, na forma regimental.

É o relatório.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO

De início, cumpre destacar que a teor do disposto no art. 47, I do Regimento Interno desta Casa, compete especificamente à Comissão de Constituição e Justiça *exarar parecer sobre os aspectos constitucional, legal, jurídico, regimental e de técnica legislativa das proposições.*

No que tange à competência para a propositura do presente Projeto de Lei, verifica-se que atende aos preceitos dispostos no art. 46 da Lei Orgânica Municipal, e art. 142, inciso II, alínea "a" do Regimento Interno desta Casa de Leis, de modo que a regra de competência de iniciativa está atendida.



Praça Bento Munhoz da Rocha Neto, 34 - Centro - Caixa Postal 73 - CEP 83430-000 - Campina Grande do Sul - PR
Fone: 41 3676-1077 - www.campinagrandedosul.pr.leg.br

Logo, o projeto é constitucional e segue as normativas legais de iniciativa, não havendo óbice a sua regular tramitação e apreciação plenária.

Com relação à legalidade, o projeto não apresenta qualquer vício de legalidade que possa impedir sua aprovação.

Quanto a técnica legislativa utilizada está igualmente regular e não necessita de correção pela Comissão, uma vez que atende a Lei nº 95/1998.

Em razão do exposto acima, opina-se pela admissibilidade do Projeto de Lei nº 08/2026.

**3. VOTO**

Considerando o que fora anteriormente exposto, este Relator manifesta-se pela constitucionalidade e legalidade da Propositura apresentada, devendo prosseguir sua regular tramitação regimental.

É o parecer.

Submeta-se à apreciação da Comissão.

Sala das Comissões, 18 de março de 2026.

**Cleber Castro**
Relator



Praça Bento Munhoz da Rocha Neto, 34 - Centro - Caixa Postal 73 - CEP 83430-000 - Campina Grande do Sul - PR
Fone: 41 3676-1077 - www.campinagrandedosul.pr.leg.br

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 002/2026 DO PODER EXECUTIVO**
**AUTUADO NESTA CASA SOB O Nº 08/2026**

**PARTE DISPOSITIVA**

Os integrantes da Comissão Permanente de Constituição e Justiça da Câmara Municipal de Campina Grande do Sul, por unanimidade de votos, acompanharam o voto do Relator, manifestando-se pela constitucionalidade e legalidade da Propositura apresentada, que deverá prosseguir sua regular tramitação regimental.

A reunião foi presidida pelo vereador Venício Ferreira, e dela participaram o vereador Cleber Castro (relator) e o vereador Ismael Moraes (vice-presidente).

Sala das Comissões, 18 de março de 2026.

| | | |
|---|---|---|
| **Venicio Ferreira** | **Cleber Castro** | **Ismael Moraes** |
| Presidente | Relator | Membro |



Praça Bento Munhoz da Rocha Neto, 34 - Centro - Caixa Postal 73 - CEP 83430-000 - Campina Grande do Sul - PR
Fone: 41 3676-1077 - www.campinagrandedosul.pr.leg.br

## COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO

### PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 002/2026 DO PODER EXECUTIVO AUTUADO NESTA CASA SOB O Nº 008/2026

*Dispõe sobre a reposição inflacionária nos salários dos servidores públicos do Poder Executivo do Município de Campina Grande do Sul, e dá outras providências.*

### 1. RELATÓRIO

visa conceder reposição inflacionária no percentual de 4,26% sobre os vencimentos dos servidores públicos do Poder Executivo do Município de Campina Grande do Sul, abrangendo servidores efetivos, integrantes do magistério, da guarda civil municipal, ocupantes de cargos em comissão, agentes políticos, servidores temporários e conselheiros tutelares.

A proposição estabelece que o índice adotado corresponde ao IPCA acumulado no exercício de 2025, com efeitos financeiros a partir de 1º de março de 2026, e prevê, ainda, a extensão da reposição aos proventos de aposentadorias e pensões vinculadas ao regime próprio de previdência municipal – PREVICAMP.

Consta, igualmente, disposição expressa no sentido de que a reposição não se aplica às funções gratificadas, gratificações de qualquer natureza, estagiários, agentes comunitários de saúde e agentes de endemias..

Após sua protocolização nesta Casa Legislativa, o projeto de lei em epígrafe foi regularmente encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça, a qual emitiu parecer favorável à sua admissibilidade e constitucionalidade, sendo posteriormente remetido a esta Comissão, nos termos do regimento interno.

É o necessário a relatar.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO

A matéria reclama a atuação desta Comissão.

Dentre as atribuições regimentais conferidas as comissões permanentes, de acordo ao disposto no artigo 48, inciso II, compete especificamente a esta Comissão de Finanças, Orçamento E Fiscalização exarar parecer sobre:

> (...)
>
> *I – os projetos de lei que dispõem sobre o Plano Plurianual, Diretrizes Orçamentárias e Orçamento Anual;*
>
> *II - as proposições referentes à matéria tributária, abertura de créditos adicionais e empréstimos públicos, e as que direta ou indiretamente alterem a despesa ou a receita do Município, acarretem encargos ao erário municipal ou interessem ao crédito público;*
>
> *III - as proposições referentes a* ***servidores públicos, seu regime jurídico, criação, extinção e transformação de cargos, fixação ou alteração de sua remuneração;***
>
> *IV – proposições que versam sobre alienações de bens públicos;*
>
> *V - outros assuntos que, por sua natureza, ou matéria correlata, exijam seu pronunciamento.*

Sob o aspecto orçamentário e financeiro, a medida proposta configura aumento de despesa de caráter continuado, uma vez que eleva a remuneração dos servidores ativos e projeta efeitos permanentes sobre encargos sociais, contribuições previdenciárias e benefícios correlatos, inclusive aposentadorias e pensões. Trata-se, portanto, de despesa estrutural, com repercussão direta sobre a folha de pagamento do Poder Executivo e reflexos no equilíbrio financeiro e atuarial do regime próprio de previdência municipal.

A reposição inflacionária, contudo, encontra fundamento no artigo 37, inciso X, da Constituição Federal, que assegura a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos com a finalidade de preservar o seu valor real. No caso em análise, o índice adotado corresponde ao IPCA acumulado no exercício de 2025, evidenciando tratar-se de recomposição inflacionária, sem caracterização de aumento real de vencimentos.

No que se refere às exigências da legislação de responsabilidade fiscal, cumpre destacar que, em regra, a criação ou aumento de despesa pública demanda a elaboração de estimativa de impacto orçamentário-financeiro e a demonstração de compatibilidade com os instrumentos de planejamento. Todavia, no caso específico da revisão geral anual, quando a despesa já se encontra prevista nas peças orçamentárias e inserida na programação da folha de pagamento, a exigência de impacto pode ser atendida de forma simplificada, mediante demonstração de compatibilidade com a Lei Orçamentária Anual, com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e com o Plano Plurianual.

Assim, desde que haja previsão orçamentária suficiente e observância dos limites legais de despesa com pessoal, não se exige, necessariamente, a apresentação de estudo de impacto autônomo e aprofundado, sendo suficiente a comprovação de que a despesa é suportada pelo orçamento vigente e compatível com o planejamento fiscal do Município.

Cumpre ressaltar, contudo, que a implementação da medida permanece condicionada à manutenção do equilíbrio fiscal, devendo o Poder Executivo assegurar que a elevação da despesa com pessoal não implique extrapolação dos limites legais, nem comprometa a sustentabilidade financeira do ente municipal.

No tocante à extensão da reposição aos inativos e pensionistas vinculados ao regime próprio de previdência municipal, a medida mostra-se compatível com a sistemática constitucional, desde que observadas as regras aplicáveis e garantida a sustentabilidade financeira e atuarial do regime.

Por fim, a delimitação do alcance da revisão, com exclusão de determinadas parcelas e categorias, não representa, sob o prisma orçamentário, irregularidade, inserindo-se na esfera de discricionariedade administrativa, desde que respeitados os limites constitucionais e legais.

## 3. VOTO

Considerando o que fora anteriormente exposto, este Relator manifesta-se favorável à Propositura apresentada, devendo prosseguir sua regular tramitação regimental.

É o parecer.

Submeta-se a apreciação da Comissão.

Sala das Comissões, 18 de março de 2026.

**Cleverson Dalprá**
Relator

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 002/2026 DO PODER EXECUTIVO AUTUADO NESTA CASA SOB O Nº 008/2026**

**PARTE DISPOSITIVA**

Os integrantes da Comissão Permanente de Finanças, Orçamento e Fiscalização da Câmara Municipal de Campina Grande do Sul, por unanimidade de votos, acompanharam o voto do Relator, manifestando-se favoráveis à Propositura apresentada, que deverá prosseguir sua regular tramitação regimental.

A reunião foi presidida pelo vereador Marcelo Olegário, e dela participaram o vereador Cleverson Dalprá (relator) e a vereadora Leide de Souza (membro).

Sala das Comissões, 18 de março de 2026.

**Marcelo Olegário**
Presidente da Comissão

**Cleverson Dalprá**
Relator

**Leide de Souza**
Membro

APROVADO EM 1ª DISCUSSÃO E VOTAÇÃO NA 5ª SESSÃO ORDINÁRIA.

Sala das Sessões em 23/03/2026

Presidente

APROVADO EM 2º DISCUSSÃO E VOTAÇÃO NA 1ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

Sala das Sessões em 23/03/2026

Presidente